



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria de Política Econômica**

# **Relatório de Gestão 2006**

**Fevereiro/2007**

## DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1. Nome completo e oficial do órgão: SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA
2. Número do CNPJ: 00.394.460/0343-99
3. Natureza Jurídica: ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO
4. Vinculação Ministerial: MINISTÉRIO DA FAZENDA
5. Endereço completo: ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO P – 3º ANDAR – BRASÍLIA/DF  
CEP: 70048-902
6. Endereço da página institucional na *Internet*: [www.fazenda.gov.br/spe](http://www.fazenda.gov.br/spe)
7. Código e nome do órgão: 25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Unidade Gestora – 170250  
Gestão utilizada no SIAFI: 00001 – TESOURO
8. Norma de criação e finalidade: DECRETO nº 5.949, de 31 de outubro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 1 de novembro de 2006
9. Regimento Interno: PORTARIA MF nº 116, de 17 de maio de 1996, publicada no DOU de 20 de maio de 1996, com dispositivos alterados pela PORTARIA MF nº 304, de 30 de dezembro de 1996

## APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão integra a prestação de contas da Secretaria de Política Econômica ao Tribunal de Contas da União para o exercício de 2006 e foi elaborado em conformidade com as instruções da Secretaria Federal de Controle e do Tribunal de Contas da União.

As atividades desenvolvidas pela Secretaria de Política Econômica (SPE), ao longo de 2006, se pautaram pela observância às atribuições definidas no Regimento Interno da Secretaria e aos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual 2004-2007. Cabe à SPE, no âmbito do PPA 2004-2007, a gerência do Programa “Gestão de Política Econômica”, sendo responsável, especificamente, pela ação “*Formulação e Coordenação de Política Econômica*”.

Este relatório busca demonstrar de que forma a SPE procurou cumprir sua função de formulação e coordenação de políticas econômicas, em 2006, especificamente em questões ligadas à política fiscal; de acompanhamento da evolução dos principais agregados macroeconômicos e da proposição de políticas visando o aperfeiçoamento dos mercados de crédito e de seguros e do funcionamento do Sistema Financeiro Nacional; à melhoria da qualidade da tributação; à promoção da inclusão social; a redução do custo da resolução de conflitos no âmbito da Justiça; e à redução de custos de transação em geral.

## **1. Gestão Operacional/Finalística**

### **1.1. Missão Institucional**

A Secretaria de Política Econômica - SPE, órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Fazenda, tem como missão avaliar a evolução da economia, assessorar o Ministro da Fazenda na formulação, coordenação e divulgação da política econômica e propor medidas voltadas para o equilíbrio macroeconômico e para o desenvolvimento sustentado do País.

Dentre as principais atribuições da SPE, associadas ao cumprimento de sua missão, podemos destacar: i) o acompanhamento e análise da evolução da conjuntura econômica; ii) a elaboração dos parâmetros do Orçamento Geral da União; iii) a coordenação do processo de consolidação, estimativa e programação das necessidades de financiamento do setor público; iv) a participação na elaboração de propostas de alterações na legislação tributária e orçamentária; e v) realização de estudos e proposição de políticas para os sistemas financeiros, da habitação, de seguros, de capitalização, de previdência complementar e para os mercados de crédito e de capitais;

### **1.2. Público-Alvo**

As ações da SPE têm impacto indireto em grande número de atividades/objetivos do governo e, por conseguinte, beneficiam a sociedade de modo geral. Esse fato se traduz pela participação ativa da Secretaria em quase todas as diretrizes e desafios abrangidos pelos mega-objetivos estratégicos do governo, quais sejam: inclusão social e redução das desigualdades sociais, crescimento com geração de emprego e renda e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. De forma mais específica, os usuários dos produtos da SPE são, diretamente, o Ministro da Fazenda e demais instâncias do Ministério e, indiretamente, os demais Ministros e órgãos de governo. De forma mais ampla, pode-se ainda adicionar a sociedade em geral, em virtude da proposição de políticas, que visa assegurar o equilíbrio macroeconômico e permitir o crescimento sustentável do País.

### **1.3. Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática**

No âmbito do Plano Plurianual 2004-2007, denominado “Brasil de Todos”, cabe à Secretaria de Política Econômica a gestão do programa “Gestão da Política Econômica”, associado ao objetivo de formular e coordenar a política econômica governamental. Esse programa foi constituído por ações da Secretaria de Política Econômica e da Secretaria de Assuntos Internacionais. A ação específica da SPE dentro desse programa é a Formulação e Coordenação da Política Econômica, cujas atividades se referem à formulação e proposição de medidas de política monetária, política fiscal, setor externo, mercado de trabalho, mercado de capitais, política industrial, política tarifária, observando os macro-objetivos do governo.

Adicionalmente, as atividades desenvolvidas pela SPE relacionam-se com diversos outros programas do PPA, conforme apresentado no Anexo I do presente Relatório de Gestão.

### **1.4. Indicadores relevantes das atividades da SPE**

As atividades da SPE se caracterizam como atividade meio e seus efeitos são diluídos no tempo, com resultados dispersos e não necessariamente contemporâneos à ação executada. Desse modo, torna-se difícil elaborar um indicador “capaz de medir a evolução do problema... sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno... [que] permite, portanto, a mensuração dos resultados alcançados com a execução do programa”, conforme estabelece o Manual de Elaboração de Programas do PPA 2004-2007.

Desde o exercício de 2005, a Secretaria tem buscado a implementação de indicador(es) para aferição quantitativa dos trabalhos realizados e a correlata adoção de uma meta física para o programa, conforme orientação do Plano de Providências, apresentado pela CGU.

É importante ressaltar que, segundo a metodologia adotada no Plano Plurianual 2004-2007, o programa da SPE enquadra-se na categoria “gestão de políticas públicas” e, portanto, seus resultados não se associam a um indicador físico. Não obstante, as sugestões apresentadas pela auditoria foram avaliadas e a SPE adotou, para efeito do acompanhamento periódico do programa no SIGPLAN, uma forma de mensuração física dos resultados do programa. Trata-se do registro do número de Notas Técnicas, Pareceres, Resenhas e demais estudos elaborados, ressaltando-se o fato de que esses

trabalhos não registram, em sua real dimensão, todo o trabalho da Secretaria, e sua utilização como indicador físico não observa, *strictu sensu*, a orientação metodológica do PPA, preconizada pela Secretaria de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento.

## **1.5. Atividades e Projetos Desenvolvidos e Resultados Alcançados**

Dentre as atividades finalísticas desenvolvidas no ano de 2006 pela SPE, apresentamos algumas, juntamente com seus objetivos, beneficiários e os resultados alcançados.

### **1.5.1. Aprimoramento do marco legal do mercado de crédito imobiliário**

Objetivo geral: fomentar o mercado imobiliário.

Objetivos específicos: estimular o desenvolvimento do financiamento privado na construção civil, por meio da introdução e aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito e securitização, melhoria da segurança jurídica para mutuários e financiadores e instituição de um regime tributário mais eficiente.

Beneficiários: mutuários de financiamentos habitacionais, setor da construção civil, setor bancário e investidores.

Resultados alcançados:

Flexibilização do uso da Taxa Referencial (TR) nos contratos de financiamento no âmbito do SFH, tornando facultativa a sua adoção, bem como admitindo-se a sua prefixação no ato da contratação do financiamento (Lei n.º 11.434/2006)

Regulamentação do desconto em folha das prestações de financiamento imobiliário, com permissão para a prática de taxas pós-fixadas (Decreto n.º 5892/2006.

Redução ou isenção do IPI em diversos produtos da cesta básica da construção civil (Decretos n.º 5697 e 5905/2006 ;

Prorrogação, até 31 de dezembro de 2008, para que empresas da construção civil permaneçam no regime da cumulatividade da COFINS (Lei n.º 11.434/2006).

### **1.5.2. Aprimoramento dos instrumentos de financiamento do agronegócio**

Objetivo geral: ampliar os instrumentos disponíveis para o financiamento da safra agrícola, estimulando o desenvolvimento do agronegócio.

Objetivos específicos: estimular o desenvolvimento do financiamento privado para o setor agrícola, por meio do aumento da captação de recursos para investimentos no setor, ampliação da oferta e redução do custo de crédito e melhoria da gestão de risco contra quebra de safra e oscilações de preços.

Beneficiários: agricultores, empresas do agronegócio, instituições financeiras atuantes no setor e investidores.

#### Resultados alcançados:

- (i) Concessão de crédito de comercialização destinado a financiar margem de garantia, margem adicional de garantia e ajustes diários nas operações de venda futura de produto agropecuário, assim como financiar o pagamento dos prêmios em contratos de opção de venda de produtos agropecuários nas bolsas de mercadorias e defuturos (Resolução CMN nº 3.403, de 15.09.2006).

Aperfeiçoamento dos instrumentos de seguro rural para a proteção da produção agrícola, pecuária, aquícola e de florestas no Brasil, mediante a instituição de mecanismos para fazer frente a catástrofes decorrentes de eventos da natureza. (Minuta de Anteprojeto de Lei, elaborada em conjunto com o Ministério da Agricultura).

Aperfeiçoamento da legislação que trata da tributação (Imposto de Renda e PIS/CONFINS) incidente sobre os títulos agrícolas: LCA; CDCA; CRA e CDA/WA (estudos em fase de discussão com a Secretaria da Receita Federal – SRF/MF).

Regulamentação da emissão, registro e negociação da Cota de Reserva Florestal (CRF) prevista no Código Florestal, como mecanismo de compensação para a exigência da reserva legal de vegetação nativa nas propriedades rurais (Minuta de Decreto, elaborada em conjunto com os Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outros órgãos e entidades afetos ao tema).

### **1.5.3. Medidas de Redução do Spread e de Incentivo à Concorrência Bancária**

Objetivo geral: ampliar o acesso e reduzir o custo do crédito.

Objetivos específicos: propiciar a expansão do crédito privado, por meio da criação de um ambiente propício para redução do spread bancário e pelo incentivo à concorrência bancária.

Beneficiários: trabalhadores do setor formal, empresas, tomadores de crédito em geral, rede bancária e investidores.

Resultados alcançados:

- (i) Aprimoramento da proposta de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito (cadastro positivo), em apreciação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. (PL nº 5.870/2005)

Redução da contribuição para o Fundo Garantidor de Crédito - FGC. (Resolução CMN 3.400/2006)

Ampliação da abrangência da Central de Risco do BCB. (não precisou de instrumento legal)

Redução das taxas dos Fundos Constitucionais. (Decreto 5.951/2006)

Adequação da consignação em folha, viabilizando a modalidade do crédito imobiliário. (Decreto 5.892/2006)

Permissão para que os financiamentos no âmbito do SBPE possam ser feitos sem TR. (Lei 11.434/2006)

Regulamentação da TR a ser pré-fixada. (Resoluções CMN 3.409/2006 e 3.410/2006).



Aperfeiçoamento da portabilidade do histórico de relacionamento bancário (informações cadastrais). (Resolução CMN 3.401/2006)

Portabilidade do crédito (regulamentação financeira). (Resolução CMN 3.401/2006 e Circular BCB 3.335/2006)

Tarifa de pré-pagamento de crédito (aperfeiçoamento). (Resolução CMN 3.401/2006)

Portabilidade do crédito (Isenção do IOF). (Portaria MF 301/2006)

Portabilidade do crédito (Isenção da CPMF). (Medida Provisória 340/2007)

Aperfeiçoamento da conta salário. (Resoluções CMN 3.402/06 e 3.424/06, e Circulares 3.326/06, 3.336/06 e 3.338/06)

**1.5.4. Fortalecimento do ambiente de negócios**

Objetivo geral: reduzir os custos de transação e as barreiras a novos investimentos.

Objetivos específicos: (i) conferir maior segurança jurídica e previsibilidade ao ambiente de negócios; (ii) fomentar e ampliar a concorrência econômica; (iii) reduzir a burocracia e simplificar procedimentos e exigências legais que afetem a gestão dos negócios; e (iv) reduzir o custo do capital e do investimento em geral.

Beneficiários: setores agrícola, industrial e de serviços; atividade empreendedora em geral, micro e pequena empresa; setores de bens de capital e tecnológico; mercado de capitais e de crédito; mercado de trabalho; setor externo; e investidores.

Resultados alcançados:

- (i) Acompanhamento da tramitação do PL nº 6529/2006 que estabelece diretrizes para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

- (ii) Incentivo ao investimento estrangeiro, mediante desoneração tributária (Imposto de Renda) para o investimento em títulos públicos (Lei nº 11.312/2006), eliminando importante barreira ao investimento estrangeiro no País.
- (iii) Incentivo ao investimento estrangeiro, mediante desoneração tributária (Imposto de Renda) para o investimento em fundos de Venture Capital (Lei nº 11.312/2006), reduzindo o custo tributário para o investimento em empresas de setores nascentes e emergentes no País.
- (iv) Redução do custo do investimento no setor imobiliário mediante a desoneração tributária (Imposto sobre Produtos Industrializados) da cesta básica da construção civil (Decretos nº 5.697/2006 e 5.905/2006).
- (v) Fomento à concorrência bancária mediante introdução dos mecanismos da portabilidade do crédito (Resolução CMN nº 3.401/2006 e Portaria MF nº 301/2006) e da conta-salário (CMN nº 3.402/06), reduzindo o custo de transação dos agentes econômicos com as instituições bancárias.
- (vi) Redução do risco ao mutuário e maior previsibilidade aos contratos de financiamento imobiliário, com a permissão legal para a pré-fixação da TR nos financiamentos do SFH (Medida Provisória nº 321/2006).
- (vii) Elevação da segurança do financiamento imobiliário, com a extensão das operações com consignação em folha de pagamentos a essa linha de crédito (Decreto nº 5.892/2006).

### **1.5.5. Incentivo ao Mercado de Capitais**

Objetivo geral: fomentar o desenvolvimento do mercado de capitais, com vistas a que o mesmo atue como efetiva fonte de financiamento e de mitigação de riscos para os diversos setores da economia.

Objetivos específicos: (i) ampliar as condições de competitividade de nossa economia; (ii) incentivar o investimento em empresas com levado potencial de crescimento; (iii) aumentar o conjunto de

possibilidade de obtenção de recursos para empresas; e (iv) incentivar a utilização do mercado de derivativos como meio de mitigação de riscos futuros.

Beneficiários: consumidores, poupadores, investidores, agricultores, setor financeiro e tomadores de crédito.

Resultados alcançados:

- (i) Reduzir a zero a alíquota do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, por investidores estrangeiros. (Lei 11.312/2006)
- (ii) Reduzir a zero a alíquota do imposto de renda sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior. (Lei 11.312/2006)
- (iii) Reduzir a zero da CPMF incidente nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito de titularidade de residente ou domiciliado no Brasil ou no exterior para liquidação de operações de aquisição de ações em oferta pública, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, realizada fora dos recintos ou sistemas de negociação de bolsa de valores. (Lei 11.312/2006)
- (iv) Abertura da possibilidade de utilização das linhas de crédito direcionadas ao financiamento agrícola para a aquisição de opções de venda ou de contratos futuros, com vistas a propiciar um mecanismo de seguro de preço aos produtores rurais. (Resolução CMN 3.403/2006).
- (v) Desenvolver o mercado imobiliário via processo de securitização (marco regulatório e mercado secundário). (IN CVM 443/2006)

- (vi) Abertura da possibilidade para que planos de benefícios das entidades de previdência complementar possam aplicar no BOVESPA MAIS. (Resolução CMN 3.357/2006)

### **1.5.6. Aprimoramento do marco regulatório do setor de resseguros**

Objetivo geral: introduzir a concorrência no mercado de resseguros e transferir as atribuições de regulação e fiscalização deste setor para os órgãos regulador e fiscalizador de seguros.

Objetivos específicos: (i) eliminar o monopólio do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB), possibilitando que novos operadores atuem no mercado de resseguros local; (ii) permitir desenvolvimento do mercado de seguros e dos agentes econômicos envolvidos na operação de resseguros (seguradoras, resseguradores e corretores), com possibilidade de eliminação de ineficiências inerentes a um modelo monopolista; (iii) ampliar a possibilidade de que as seguradoras obtenham preços de resseguro mais competitivos, com reflexos no preço ao consumidor final de seguros; (iv) introduzir requisitos regulatórios de qualificação, experiência e solvência para os resseguradores estrangeiros que atuem com operadores nacionais, minimizando os riscos de cessão de risco em operadores com baixo nível de qualificação; (v) possibilitar a introdução mais dinâmica de novas coberturas e tecnologias de resseguro; (vi) fornecer a seguradores eficientes de menor porte maiores possibilidades de ampliação de sua capacidade de subscrição, por meio de maior oferta de resseguro; (vii) fomentar a formação de especialistas na atividade de resseguro; (viii) minimizar os efeitos de insolvência de seguradoras para os segurados de riscos vultosos, por meio da possibilidade de proteção contratual de pagamento direto pelo ressegurador ao beneficiário, nestes casos; (ix) aperfeiçoar a fiscalização das seguradoras por meio da conjugação em um único órgão de todas as suas operações securitárias (seguro e cessão em resseguro), permitindo o controle mais eficiente de sua solvência; e (x) ampliar a capacidade e a eficácia da atuação do órgão fiscalizador nas operações realizadas pelas seguradoras e resseguradores, em especial em matéria internacional ou que envolva outros órgãos fiscalizadores locais ou internacionais.

Beneficiários: seguradoras, securitários, corretores e consumidores de seguros, em especial os que disponham de riscos vultosos, tanto em setores industriais, quanto comerciais e de serviços.

Resultados alcançados:

Elaboração e aprovação de Lei Complementar estabelecendo o marco geral do mercado de resseguros, que dispõe sobre a abertura do mercado de resseguros e institui duas modalidades de ressegurador estrangeiro, o admitido e o eventual, ficando o IRB – Brasil Resseguros S.A. qualificado como ressegurador local. (PLP nº 249/2005 que foi sancionado como Lei Complementar nº 126, de 15/01/2007).

### **1.5.7. Redução do custo de resolução de conflitos**

Objetivo geral: reduzir o custo do processo judicial e elevar o acesso do cidadão ao serviço jurisdicional, com aperfeiçoamento dos mecanismos de resolução de conflitos.

Objetivos específicos: (i) possibilitar o esclarecimento de omissões contratuais ou cláusulas contingentes, cuja aplicação não seja consenso entre as partes; (ii) incentivar o uso de mecanismos alternativos de resolução de conflitos; (iii) combater o incentivo a manobras protelatórias nos processos de execução; (iv) aperfeiçoar os meios executórios; (v) racionalizar o sistema recursal; e (vi) tornar mais céleres e ágeis as transações econômicas.

Beneficiários: partes integrantes de transações econômicas (devedores, credores, fornecedores e garantidores de contrato), profissionais da justiça, sociedade em geral.

#### Resultados alcançados:

- (i) Aprovação de Lei que aperfeiçoa os procedimentos de execução por título extrajudicial, incluindo os títulos de crédito em geral, disciplinados pelo Código de Processo Civil, reequilibrando o rito da execução extrajudicial entre devedor e credor e aperfeiçoando os meios executórios. (Lei nº 11.382/2006).
- (ii) Aprovação de conjunto de leis que visam à alteração do Código de Processo Civil, com aperfeiçoamentos ao sistema recursal brasileiro e implementação de outras medidas que trazem maior eficiência ao serviço judiciário. (Leis nº 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006).
- (iii) Acompanhamento da tramitação, no Poder Legislativo, de projetos de lei que visam ao aprimoramento dos dispositivos processuais do Código de Processo

Civil, com vistas a tornar o processo mais racional e ágil. (PL nº 4.723, 4.725 e 4.729, todos de 2004).

- (iv) Acompanhamento da tramitação, no Poder Legislativo, de projetos de lei que visam ao aprimoramento dos dispositivos processuais da Consolidação das Leis Trabalhistas, com vistas a tornar o processo mais racional e ágil. (PL nº 4.730, 4.731, 4.732, 4.733, 4.734 e 4.735, todos de 2004).

### **1.5.8. Estímulo à formalização de pequenos negócios e das relações de trabalho**

Objetivo geral: desenvolver o empreendedorismo formal.

Objetivos específicos: (i) criar condições para inserção dos empreendedores informais no setor formal da economia; (ii) propiciar o acesso a produtos e serviços financeiros por parte da população excluída do sistema financeiro tradicional; (iii) ampliar o acesso ao crédito produtivo pelos microempreendedores formais e não formais; (iv) desburocratizar o processo de registro e de legalização de empresas; e (v) reduzir o impacto dos encargos trabalhistas para micro e pequenos empresários.

Beneficiários: micro e pequenos empresários formais e informais e agentes financeiros.

Resultados alcançados:

- (i) Revisão das alíquotas no âmbito do SIMPLES, para adequação aos novos limites de faturamento das empresas. (Lei nº 11.307/2006).
- (ii) Aprovação da Nova Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, (Lei Complementar nº 123/2006), consolidando e atualizando o marco legal das micro e pequenas empresas, removendo barreiras e incentivando a atividade dessas empresas e seu crescimento.
- (iii) Criação do SIMPLES Nacional (Lei Complementar nº 123/2006), reduzindo o custo tributário das empresas com faturamento até R\$ 2,4 milhões ao ano e unificando parte relevante de tributos federais, estaduais e municipais do País.

### **1.5.9. Acompanhamento, análise e avaliação da política fiscal de curto prazo e a elaboração de suas diretrizes para médio e longo prazo.**

Objetivo Geral: subsidiar o processo de tomada de decisões da política fiscal, no médio e longo prazo.

Objetivos específicos: disseminar projeções fiscais (resultado primário do Governo Central – acima da linha) e cenários alternativos para a condução da política fiscal, em consonância com as metas de resultado fiscal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Beneficiários: responsáveis pela formulação e execução da política fiscal e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

- (i) elaboração mensal de mapas gerenciais de acompanhamento do resultado do governo central;
- (ii) ajuste sistemático dos indicadores fiscais, segundo a evolução conjuntural dos parâmetros econômicos e/ou de novas medidas legais, para assegurar a consecução das metas fiscais estipuladas na LDO;
- (iii) projeções atualizadas para subsidiar as diretrizes da política fiscal.

### **1.5.10. Elaboração de estimativas e projeções do resultado fiscal do setor público para subsidiar a elaboração do orçamento e as diretrizes da política fiscal**

Objetivo Geral: fornecer estimativas do resultado primário do governo central para balizar a elaboração do orçamento da União.

Objetivos Específicos: elaborar estimativas, fundamentadas em princípios técnicos e realistas, sobre o desempenho de receitas e despesas não financeiras da União com o intuito de otimizar o processo de alocação de recursos dos diversos órgãos públicos, em consonância com as metas fiscais fixadas na LDO.

Beneficiários: Assessoria Econômica/MP e Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Resultados alcançados: Elaboração de estimativas e projeções do resultado fiscal do governo central para balizar as projeções da LDO e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

#### **1.5.11. Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as informações complementares da Lei Orçamentária Anual - LOA.**

Objetivo Geral: cumprir o disposto no artigo 165, §6º da Constituição Federal, que prevê a elaboração de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, para compor a LOA.

Objetivos Específicos: conferir transparência e dar publicidade aos benefícios creditícios e financeiros concedidos com recursos da União.

Beneficiários: Assessoria Econômica/MP, SOF e a sociedade em geral.

#### Resultados alcançados:

- (i) relatório com a consolidação dos subsídios explícitos no Orçamento da União, a partir de informações de diversos órgãos do governo federal;
- (ii) elaboração do cálculo dos subsídios implícitos, resultantes de operações efetuadas a taxas inferiores ao custo de captação do governo federal.

#### **1.5.12. Simulação do resultado da previdência social, contemplando as mudanças do salário mínimo, com vistas à análise de seus efeitos sobre o resultado fiscal do setor público**

O reajuste anual do salário mínimo requer estudo pormenorizado de seus impactos sobre as contas públicas, notadamente sobre o resultado da previdência social. A SPE desenvolveu modelo econométrico que permite estimar estes impactos.

Objetivo Geral: prover estimativas dos impactos fiscais do reajuste do salário mínimo.

Objetivos Específicos: subsidiar o processo decisório de reajuste do salário mínimo, mediante a quantificação de seus impactos sobre as contas públicas; e elaborar projeções do resultado da



Previdência Social, ajustadas aos efeitos do reajuste do salário mínimo, para balizar as diretrizes de política fiscal.

Beneficiários: STN, SOF, Ministério da Previdência, Presidência da República e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

- (i) quantificação do impacto do reajuste do salário mínimo sobre o resultado da previdência;
- (ii) elaboração de projeções fiscais do resultado primário do governo central, com estimativas ajustadas do resultado da previdência.

### **1.5.13. Apuração do resultado dos fundos constitucionais**

Objetivo Geral: subsidiar a apuração do resultado primário do governo central, acima da linha, e as projeções correlatas de médio e longo prazo.

Objetivos específicos: calcular, com metodologia própria, o resultado dos fundos regionais e disseminar essas informações para órgãos que efetuam o cálculo do resultado primário do governo central.

Beneficiários: STN, Banco Central

Resultados alcançados:

- (i) apuração mensal do resultado dos fundos regionais, a partir de informações dos agentes financeiros que administram os fundos constitucionais (Fundo Constitucional do Norte-FNO, administrado pelo Banco da Amazônia; Fundo Constitucional do Centro-Oeste, administrado pelo Banco do Brasil e o Fundo Constitucional do Nordeste, administrado pelo Banco do Nordeste);
- (ii) encaminhamento mensal do resultado dos fundos regionais para a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central.

#### **1.5.14. Elaboração de projeções da carga tributária**

Objetivo Geral: assessorar o Ministro da Fazenda e o Secretário da SPE em matérias atinentes à evolução da carga tributária do País.

Objetivos específicos: elaborar projeções atualizadas da carga tributária, mediante acompanhamento e registro sistemático da evolução da arrecadação tributária do País - na esfera federal, estadual e municipal - e das alterações na legislação tributária.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário da SPE.

Resultados alcançados:

- (i) elaboração de projeções atualizadas da carga tributária do País, segundo metodologia própria da SPE;
- (ii) elaboração de nota técnica sobre a evolução da carga tributária.

#### **1.5.15. Apresentações**

Objetivo Geral: atender compromissos do Ministro da Fazenda e do Secretário da SPE atinentes à divulgação da política econômica em fóruns e seminários.

Objetivo específico: divulgar dados sobre o desempenho da economia brasileira; permitir uma visão coerente e unificada do ambiente econômico; e aumentar a transparência, mediante a disseminação das ações de política econômica que estão sendo implementadas pelo governo.

Beneficiários: os beneficiários diretos são as autoridades que utilizam as apresentações e os beneficiários indiretos são todos os que assistem às apresentações e tomam conhecimento das análises apresentadas.

Resultados alcançados: foram elaboradas várias apresentações e discursos, demandados pelo Secretário da SPE ou pelo Ministro da Fazenda.

### **1.5.16. Pareceres**

Objetivo Geral: efetuar análise técnica de proposições legislativas, com o intuito de subsidiar o posicionamento do MF no Congresso Nacional.

Objetivo específico: apresentar avaliação de proposições legislativas, com ênfase nos seus impactos econômicos e fiscais, adotando como premissas básicas a consecução dos macro-objetivos, elencados no PPA; a manutenção da estabilidade macroeconômica; o equilíbrio das contas públicas e, particularmente, a observância dos princípios e diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Beneficiários: os beneficiários diretos são as autoridades que utilizarão os pareceres para fundamentar suas decisões e, indiretamente, a sociedade como um todo.

Resultados Alcançados: Elaboração de 269 pareceres.

### **1.5.17. Boletim de Estatísticas Fiscais**

Objetivo Geral: fornecer informações fiscais para subsidiar análises sobre a evolução da Política Fiscal.

Objetivo específico: consolidar estatísticas fiscais produzidas pelo: Banco Central, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Previdência Social dentre outros órgãos públicos, fornecendo uma base sistematizada dos principais indicadores fiscais.

Beneficiários: técnicos do Governo, pesquisadores e o público em geral, uma vez que o boletim é disponibilizado na página eletrônica da SPE.

Resultados Alcançados: boletim atualizado mensalmente.

### **1.5.18. Notas de Acompanhamento Macroeconômico – Informativo/Calendário Econômico**

Objetivo Geral: avaliar o desempenho da economia brasileira e a evolução de seus principais agregados.

Objetivo específico: o informativo/calendário visa proporcionar ao Ministro da Fazenda uma avaliação da economia brasileira apontando os efeitos das medidas de política adotadas e elaborando

cenários para a evolução dos principais indicadores. Os informativos adotam o formato de texto ou de apresentações com gráficos e tabelas, sintetizando os principais aspectos da economia. Estão associados à divulgação dos dados econômicos e à análise da evolução dos indicadores de mercado financeiro.

O Calendário Econômico contém uma breve análise sobre dados econômicos divulgados e visam posicionar o Secretário de Política Econômica e o Ministro da Fazenda sobre os indicadores mais recentes. Visam também proporcionar análises, de curtíssimo prazo, sobre o desempenho dos mercados de câmbio, de juros, bolsa de valores e mercado financeiro internacional. Nesse calendário procura-se apresentar a percepção, do dia, do mercado financeiro sobre o País, captado pela evolução dos papéis da dívida brasileira e do *rating* da dívida do País.

Beneficiários: Ministro da Fazenda e demais autoridades que recebem os informativos/calendários e os utilizam em seu processo de tomada de decisão.

#### **1.5.19. Projeções Econômicas**

Objetivo Geral: prover o Ministério da Fazenda de cenários com a evolução dos agregados econômicos.

Objetivo específico: a criação de cenários econômicos favorece a avaliação e a simulação do impacto das políticas públicas a serem adotadas. As projeções são fundamentais para a elaboração da LDO e do PPA, cuja previsão de receitas e alocação de gastos para redução dos problemas apontados nas orientações estratégicas do governo devem guardar coerência entre instrumentos e objetivos.

Beneficiários: Ministério da Fazenda e demais órgãos que utilizam as projeções.

Resultados Alcançados: foram elaboradas projeções tempestivas, associadas às diversas alterações do cenário econômico ocorridas ao longo do exercício.

#### **1.5.20. Notas de Conjuntura Macroeconômica**

Objetivo Geral: analisar a evolução da conjuntura econômica.

Objetivo específico: prover análise tempestiva sobre a evolução da economia e de seus principais indicadores, visando subsidiar as decisões de política econômica e permitir a avaliação de seus resultados.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica, Ministro da Fazenda e demais técnicos da área econômica do Governo.

Resultados Alcançados: notas elaboradas eventualmente e sob demanda específica.

## **1.6. Outras atividades**

### **1.6.1. Estudos e Notas Técnicas**

A SPE atende demandas diversas, comumente associadas a assuntos econômicos e à implementação de diretrizes de políticas públicas. Além disso, a Secretaria realiza trabalhos prospectivos, por meio de estudos sobre temas de ordem macroeconômica e/ou microeconômica. Os produtos associadas são registrados em estudos e notas técnicas da Secretaria, conforme apresentado a seguir:

- (i) Nota Técnica nº 01 – Evolução dos Preços do Álcool Combustível;
- (ii) Nota Técnica nº 02 – Primeiro Desembolso do Contrato de Empréstimo 7253-BR (PACE);
- (iii) Nota Técnica nº 03 – Seguro Rural CGSR;
- (iv) Nota Técnica nº 04 – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007;
- (v) Nota Técnica nº 05 – Benefícios Creditícios e Financeiros;
- (vi) Nota Técnica nº 06 – Evolução Econômica dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo entre 1995 e 2005;
- (vii) Nota Técnica nº 07 – Proposta de Avaliação dos Programas que Contemplam Benefícios Creditícios e Financeiros da União;

- (viii) Nota Técnica nº 08 – Acórdão nº 1.718/2005-TCU – Benefícios Creditícios e Financeiros da União;
- (ix) Estudo - Apoio Governamental ao Seguro Agrícola: Um paralelo entre Espanha e Estados Unidos
- (x) Estudo - Metodologias de Apuração dos Investimentos Públicos

### **1.6.2. Seminários**

Em 2006, a SPE organizou e coordenou o seminário “Metodologias de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Custo dos Programas de Governo”, nos dias 25 e 26 de abril, com o objetivo de disseminar as metodologias de avaliação dos gastos públicos adotadas por diversos órgãos, bem como as propostas para aperfeiçoamento do sistema em vigor. Dentre outras medidas, identificou-se a necessidade de implementação de indicadores efetivos para aferir o retorno econômico e social dos programas e políticas públicas. Tal procedimento justifica-se face à percepção de que o custo de oportunidade associado a cada real despendido é muito elevado. Esse diagnóstico sinaliza a necessidade de identificação dos benefícios marginais da ação do setor público e, quando pertinente, a realocação dos recursos em programas com maior retorno para a sociedade

### **1.6.3. Participação em cursos e eventos no País e no exterior**

“IV Encontro de Gestores e Investidores”

Período: 19 a 22 de Fevereiro de 2006

Local: Porto Alegre

“Curso especial para reguladores”

Período: 24 a 26 de março de 2006

Local: Rio de Janeiro

“X anos do Sistema CRESOL”

Período: 30 a 31 de março de 2006

Local: Francisco Beltrão - Paraná

“Evolução do perfil da dívida em 2006”

Período: 5 de abril de 2006

Local: São Paulo

“Perspectivas para o Agribusiness – 2006/2—7”

Período: 3 e 4 de Maio de 2006

Local: São Paulo

“Política Industrial e os desafios para a competitividade”

Período: 22 a 24 de Maio de 2006.

Local: São Paulo

“VIII Seminário anual do Banco Central do Brasil”

Período: 11 de agosto de 2006.

Local: Rio de Janeiro

“XXIII Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil”

Período: 19 a 21 de setembro de 2006.

Local: Porto Alegre

“Estabilidade econômica e o Judiciário”

Período: 30 de agosto a 1º de setembro de 2006.

Local: Rio de Janeiro

“1º Seminário Internacional sobre renda fixa e mercado de balcão”

Período: 28 e 29 de setembro de 2006.

Local: São Paulo

“Fórum Mundial de Turismo”

Período: 29 de novembro a 2 de dezembro de 2006.

Local: Porto Alegre

“XII Seminário Internacional de Defesa da Concorrência”

Período: 22 de novembro de 2006.

Local: Campos do Jordão – São Paulo

“Estatísticas Monetárias e Financeiras”

Período: 22 de novembro a 15 de Dezembro de 2006.

Local: ESAF – Brasília

“Seminário Private Equity/Venture”

Período: 11 a 13 de dezembro de 2006.

Local: São Paulo

“ VIII Fórum Latibex”

Período: 13 a 18 de novembro de 2006.

Local: Madri - Espanha

“ Conferência Internacional de Seguros Agrícolas”

Período: 13 a 19 de novembro de 2006.

Local: Madri - Espanha

“XVIII Seminário Regional de Política Fiscal”



Período: 22 a 26 de janeiro de 2006

Local: Santiago - Chile

“Overview of Financial Sector Issues and Analysis”

Período: 16 a 20 de outubro de 2006.

Local: Washington DC, Estados Unidos

“Il salão europeu do investimento imobiliário e turismo residencial no Brasil”

Período: 21 a 27 de março de 2006

Local: Porto - Portugal

“Improving and Expanding Housing Finance Systems, and Workshop on Securitization”

Período: 05 a 17 de junho de 2006.

Local: Philadelphia, Estados Unidos

“Gestión macroeconómica y cuestiones relacionadas con la política fiscal”

Período: 16 de outubro a 17 de novembro de 2006.

Local: Washington DC, Estados Unidos

“Two dat ag Workshop” e “Ag options Workshop”

Período: 11 a 19 de novembro de 2006.

Local: Chicago - EUA

#### **1.6.4. Participação em Conselhos e Grupos de Trabalhos**

A SPE participou em 2006 de diversos órgãos colegiados, por designação específica ou como representante do MF. A seguir Conselhos e Grupos de Trabalho que contaram com esta participação:

- Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP);
- Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC);
- Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS);
- Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e de Capitalização (CRSNSP);
- Conselho Nacional de Turismo;
- Conselho Técnico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Conselho de Administração – Banco do Brasil
- Conselho de Administração - BNDES
- Conselho de Administração - BRASILCAP
- Conselho Administrativo – Brasilveículos;
- Conselho Administrativo – IRB Brasil Resseguros S.A.;
- Conselho Fiscal do Banco da Amazônia (BASA);
- Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil (BNB);
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno;
- Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;
- Comitê Nacional de Ouvidoria;
- Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX);

- Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC);
- Conselho Monetário Nacional (CMN);
- Comissão de Ética do Ministério da Fazenda;
- Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual;
- Comissão Interministerial para o Desenvolvimento do Setor de Serviços de Alimentação Fora do Lar;
- Grupo de Trabalho Interministerial para o MICROCRÉDITO.
- Grupo de Trabalho Sistema Financeiro de Habitação.
- Comitê Técnico de Assuntos Rurais do Ministério da Fazenda;
- Grupo de Trabalho sobre o Projeto de Lei do Fundo da Educação Básica – Fundeb.

#### **1.6.5. Audiências Concedidas**

Em 2006, o Secretário de Política Econômica concedeu diversas audiências a representantes de empresas públicas e privadas nacionais e estrangeiras, de organismos multilaterais, de embaixadas e delegações estrangeiras, de confederações patronais e de trabalhadores e de instituições financeiras públicas e privadas nacionais e estrangeiras, dentre outros. Com o objetivo de assegurar a transparência no relacionamento com agentes externos – seguindo a recomendação do Código de Conduta da Alta Administração Federal da Comissão de Ética da Presidência da República e do Decreto nº 4.334/2002 –, a Secretaria de Política Econômica mantém registro de todas as audiências concedidas pelo Secretário, contendo informações como o nome e cargo dos participantes, inclusive dos servidores que acompanharam o Secretário, a data e a hora da audiência e o assunto tratado. Tais registros serão colocados à disposição, sempre que solicitado.

## **2. Gestão Orçamentária**

### **2.1. Ocorrências na Programação de Fontes e Usos**

A dotação orçamentária da Secretaria para 2006 – vinculada ao Programa 1266 “Gestão da Política Econômica” (constituído pelas Ações: 2066-Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas e 2272-Gestão e Administração do Programa) foi de R\$ 630.242,00 (seiscentos e trinta mil, duzentos e quarenta e dois reais), destinados a Despesas Correntes e de Capital, de acordo com a Lei nº 11.306 (Lei Orçamentária Anual – LOA/2006), de 16 de maio de 2006.

Especificamente no que se refere à Ação 2066, cabe esclarecer que as demais fontes elencadas na Programação Orçamentária (1100 – Contrapartida e 148 – Recursos Externos), referem-se à alocação de recursos para a execução do Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE, coordenado pela SPE, através da Unidade de Coordenação do Programa (UCP/SPE).

### **3. Gestão Financeira**

#### **3.1. Situação dos Recursos Disponíveis**

Após a edição dos regulamentos que tratam da programação orçamentária e financeira e estabelecem o detalhamento e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, o limite de execução financeira definido para a Secretaria foi de 87,53%. Assim, o valor dos limites para movimentação, empenho e pagamento, relativos aos grupos de despesas “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos”, foi reduzido ao valor total de R\$ 551.622,00 (quinhentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais), na UG 170250.

#### **3.2. Situação dos Recursos Realizáveis**

Apesar da escassez de recursos, a SPE priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, diárias nacionais e internacionais.

A despesa realizada na UG 170250 foi de R\$ 522.152,34 (quinhentos e vinte e dois mil, cento e cinqüenta e dois reais e trinta e quatro centavos), caracterizando uma execução de 94,65% em relação à dotação orçamentária disponível para execução. Desse total, foram descentralizados R\$ 345.002,51 (Trezentos e quarenta e cinco mil e dois reais e cinqüenta e um centavos) para a UG 170016 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/SPOA/MF, para execução de ações de competência daquele órgão, porém, em benefício do plano de trabalho anual da SPE. Na unidade SPE foram executados o total de R\$ 177.149,83 (cento e setenta e sete mil, cento e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos).

De forma similar ao observado em exercícios anteriores, a despesa corrente realizada foi destinada, principalmente, para o deslocamento de servidores que participaram de reuniões, grupos de trabalho, palestras, seminários, etc. fora da sede do Ministério. Do total executado pela Secretaria, os dispêndios com emissão de bilhetes de passagens aéreas representaram 20,14%, e 8,76% com diárias., do total executado pela Unidade Gestora.

O anexo II deste relatório apresenta o demonstrativo das diárias iniciadas nas sextas-feiras e sábados, com os respectivos detalhamentos, de forma a comprovar o cumprimento dos princípios da economicidade, impessoalidade e supremacia do interesse público.

#### 4. Gestão Patrimonial

No exercício de 2006, a execução do orçamento de investimento da SPE foi direcionado para uma readequação do seu *lay out*. Foi realizada reforma em todo o espaço físico, que abriga a área técnica, bem como espaços de uso comum, como salas de reunião e corredor do andar. Nesta readequação do espaço físico, a biblioteca, antes localizada na área de documentação da Secretaria, foi transferida para uma sala equipada com estantes para os livros e mesas de estudo. Destacamos que o zelo no trato da coisa pública foi predominante na condução desta reforma e, em todos os atos e decisões, buscou-se otimizar a relação custo benefício.

Ainda no campo de investimentos feitos na SPE, que totalizaram R\$ 74.926,47 (setenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e sete centavos), foram adquiridos armários, mesas, divisórias, livros e mobiliários em geral.

Alguns serviços foram prestados por empresas do ramo de consertos e manutenção de equipamentos, confecção e instalação de persianas, lavagem de cadeiras e tapetes, dentre outros. Da mesma maneira, algumas aquisições de material de consumo foram realizadas visando atender demandas específicas e esporádicas de itens indisponíveis no Almoarifado do Ministério.

Com referência aos serviços de apoio logístico, os dispêndios foram referentes ao cumprimento de suas funções usuais: reprodução de documentos, encadernação de trabalhos, distribuição de jornais e revistas, atendimento às solicitações de serviços de chaveiro, controle da disponibilização e utilização do serviço de transporte oficial a serviço, solicitação de reparos nas instalações físicas, elétricas e lógicas da Secretaria, dentre outras, transcorreram sem inexecuções relevantes identificadas. Para o apoio das atividades diárias/normais, a SPE conta com alguns serviços terceirizados, disponibilizados por intermédio do contrato mantido pela SPOA/MF.

A SPE tem passado por um processo gradativo de otimização da gestão dos recursos tecnológicos, processo esse resultante de várias medidas adotadas com o objetivo de tornar mais racional e eficiente a utilização desses recursos. Mesmo com restrições orçamentárias, foram promovidas ações visando dotar a Secretaria de melhor suporte logístico informatizado, não só em termos de equipamentos, mas também, de tecnologia da informação e comunicação. Dentre essas medidas podemos destacar os seguintes:

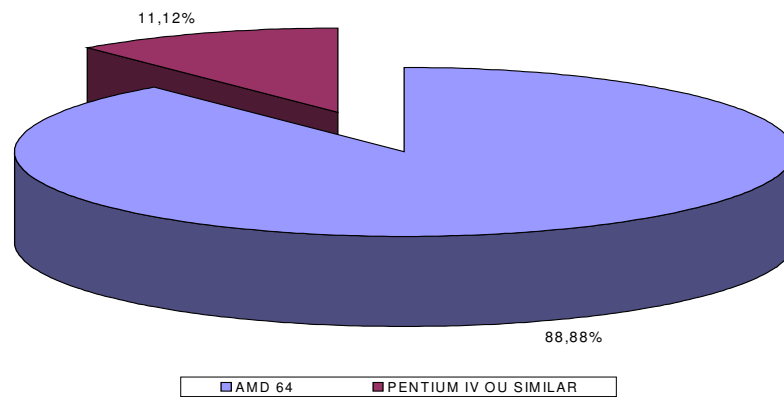
- (i) Manutenção preventiva de hardwares, softwares e periféricos
- (ii) Suporte ao usuário, orientando a utilização dos recursos;
- (iii) Disponibilização de novas versões dos sistemas de Gestão de Pessoas (Sisrh), Recursos Tecnológicos e de Informação (Sisrti), Pedido de Materiais e Controle de Estoque (Sismateriais), Pedido e Empréstimo de Livros (Sislivros);

A prestação de serviço de infra-estrutura tecnológica da SPE, que já era provida pelo **Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO**, através de contrato firmado com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (MF/SPOA/COGTI) e fiscalizado indiretamente pela **Divisão de Informática da SPE (DIINF/SPE)**. Os principais serviços são mantidos pelo SERPRO são:

- (i) Servidor de rede Novell – Administração de rede lógica corporativa, que tem um grau de disponibilidade para o órgão em torno de 98,5% mensais;
- (ii) Portal Institucional – Hospedagem do portal institucional da SPE;
- (iii) Agência de Notícias – Pontos de Agência de Notícias;
- (iv) Servidor de correio eletrônico – servidor de contas de e-mail para os servidores da secretaria que tem um grau de 97% de disponibilidade por mês.
- (v) REDE SERPRO - Disponibilização dos sistemas corporativos de grande porte (SIAPE, SIAFI, SIADS, COMPROT);
- (vi) Antivírus – Antivírus atualizado em todas as estações de trabalho.

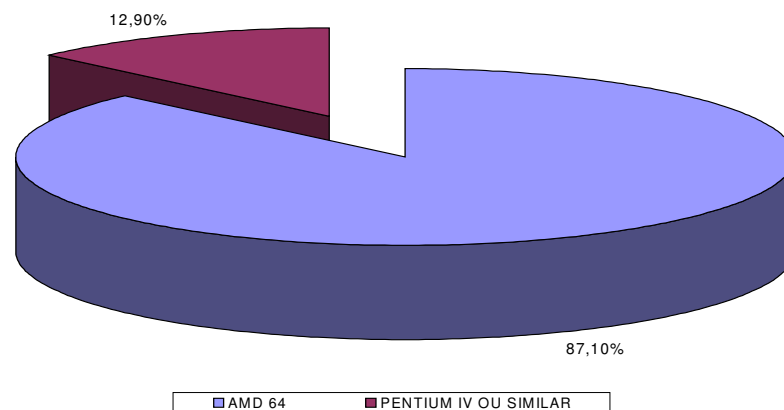
No que concerne à disponibilidade dos equipamentos de informática na área administrativa boa parte destes são do patrimônio da SPE.

**DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS DA ÁREA DE RECURSOS DE SUPORTE**



Em relação aos equipamentos da área finalística da SPE:

**DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS DA ÁREA FINALÍSTICA**





## 5. Gestão de Pessoas

Para cumprir suas atribuições regimentais, a Secretaria (áreas finalística e de suporte administrativo) conta com um efetivo de 73 (setenta e três) servidores – posição em 31/12/2006, inclusos neste quantitativo 16 (dezesseis) funcionários terceirizados e 3 (três) estagiários. Em relação ao exercício anterior, houve uma redução de 16% no contingente de pessoal.

O reduzido quantitativo de profissionais com perfil técnico, para atuação na área técnica da Secretaria de Política Econômica, é agravado devido à inexistência de uma carreira específica para compor o quadro técnico da SPE. Válido destacar que a dificuldade mencionada se mantém desde gestões anteriores.

Para cumprir sua missão institucional, a SPE conta com servidores pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos – PCC, alocados, sobretudo, no segmento de suporte administrativo; e com profissionais de outros órgãos do Ministério da Fazenda, principalmente servidores da carreira Analista de Finanças e Controle, da Secretaria do Tesouro Nacional/MF; outros órgãos públicos, em sua maioria servidores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da carreira Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Banco Central, dentre outros, condição que gera uma relação direta e estreita com o número de cargos comissionados disponíveis.

Em 31/12/2006, a SPE contava com 9 (nove) servidores cedidos, sendo 4 (quatro) do SERPRO, 2 (dois) da Caixa Econômica Federal, 2 (dois) do Banco do Brasil e 1 (um) da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT. Segundo informação da Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda não há qualquer valor pendente de ressarcimento a estas entidades da administração indireta federal.

Com referência às metas e objetivos do Programa de Valorização do Servidor Público, cabe citar que a Secretaria não tem ações inseridas com essa finalidade no PPA.

a Secretaria de Política Econômica elabora, anualmente, Plano Setorial de Aprendizagem Permanente – PSAP, onde são elencadas as ações de capacitação de servidores a serem incluídas no Plano Anual de Aprendizagem Permanente do Ministério da Fazenda. Este planejamento objetiva traçar diretrizes para a implementação de ações voltadas para o aperfeiçoamento e atualização da equipe

técnica da Secretaria. Usualmente as restrições orçamentárias tornam insuficientes os limites destinados à capacitação de servidores públicos.

Sensível ao fato de que a capacitação de pessoal é uma das ferramentas primordiais para manter o alto nível de qualificação necessário para o alcance das diretrizes traçadas e o cumprimento de suas competências regimentais, além de manter estrita relação com a valorização do servidor, a Secretaria buscou a disponibilidade de treinamentos, cursos e seminários gratuitos ou eventuais cortesias e/ou parcerias, observadas as competências de sua área de atuação, tanto finalística quanto administrativa.

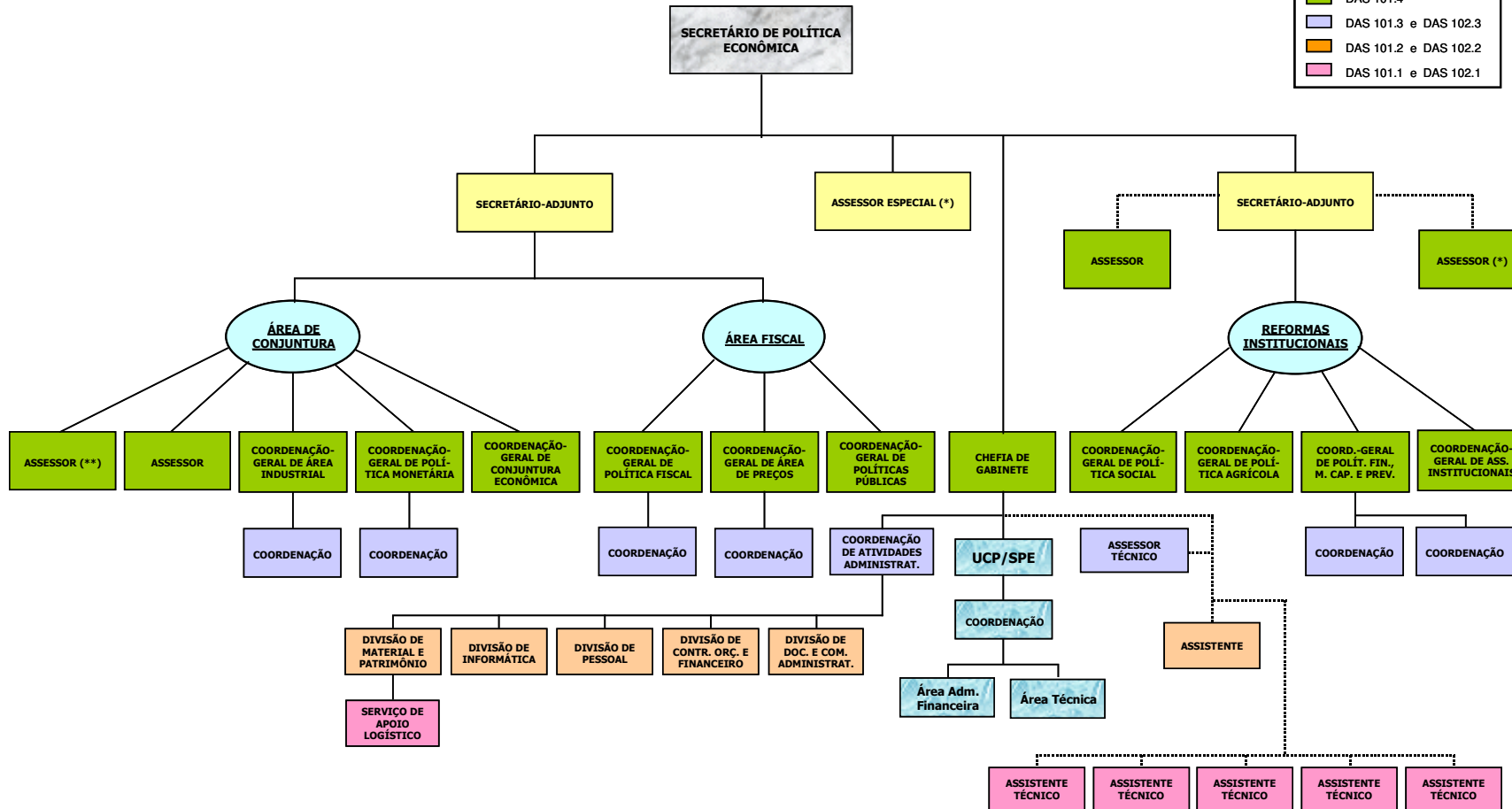
Merece registro a premiação de servidores da SPE, no âmbito do “Programa de Premiação de Desempenho Funcional”, instituído pela Portaria nº 43, de 6 de fevereiro de 2002. Os servidores laureados com este prêmio demonstraram atuação profissional acima da média, ratificando zelo e compromisso no desempenho de sua função pública.

A utilização de mão-de-obra terceirizada na Secretaria de Política Econômica é exclusivamente proveniente do contrato de prestação de serviços de suporte operacional e de apoio técnico-administrativo e atividades auxiliares para atender à demanda do Ministério da Fazenda, que objetiva minimizar a carência de pessoal na área de suporte administrativo, restrito, entretanto, a determinadas categorias profissionais específicas.

No âmbito da Secretaria de Política Econômica, não houve ocorrências de Ações Disciplinares e Correicionais no exercício de 2006.

**SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA  
ORGANOGRAMA**

	DAS 101.6
	DAS 101.5
	DAS 101.4
	DAS 101.3 e DAS 102.3
	DAS 101.2 e DAS 102.2
	DAS 101.1 e DAS 102.1



(\*) GABINETE DO MINISTRO DA FAZENDA  
(\*\*) SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

## **6. Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços**

### **6.1. Ocorrências nas Contratações**

As despesas de cunho administrativo na Secretaria de Política Econômica foram executadas em estrita observância à recomendação da Secretaria Federal de Controle Interno. Desse modo, pequenas compras e serviços, recuperação de mobiliário, aquisição de microcomputadores e cadeiras, etc, foram realizadas com a dotação orçamentária aportada na Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa, integrante do Programa 1266 – Gestão da Política Econômica, incluso no PPA 2004-2007, específica para custeio, não mais sendo utilizados recursos alocados na Ação Finalística.

O anexo III traz demonstrativo sintético das despesas feitas por meio de suprimento de fundos nos anos de 2004, 2005 e 2006, com vistas a atender DN/TCU nº 81/2006.

## 7. Processos de Controle

A Corte de Contas, em seu Acórdão 1.718/2005 TCU-Plenário, determinou à SPE e ao Ministério da Fazenda as seguintes providências, cujos encaminhamentos apresentamos a seguir:

*“9.1. determinar à Secretaria de Política Econômica - SPE do Ministério da Fazenda a adoção de providências no sentido de proceder, a cada exercício, tendo em vista o disposto nos arts. 165, § 6º, 84, inciso XXIV, e 74, incisos I, II e III, da Constituição Federal, bem como na Lei Complementar 101/2000, ao levantamento dos valores nele efetivamente renunciados por meio dos benefícios financeiros e creditícios, encaminhando ao Tribunal, até o final do mês de março do ano subsequente, relatório anual para fins de subsídio ao Relatório das Contas de Governo, devendo o procedimento iniciar-se já em relação ao exercício financeiro de 2005.”*

A SPE está aperfeiçoando e normatizando os procedimentos relativos à obtenção dos dados e informações dos órgãos administradores dos fundos e programas para atender, com a devida tempestividade, a determinação do TCU.

*“9.2. recomendar à SPE/MF que analise a inclusão, no demonstrativo “Benefícios Financeiros e Creditícios Regionalizados”, dos valores dos benefícios financeiros e creditícios referentes ao Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC, ao Fundo de Garantia à Exportação - FGE, ao Fundo do PIS-Pasep, ao Fundo de Participação Social - FPS e à Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, haja vista comportarem norma concessiva de renúncia de receita, vindo, por conseguinte, a enquadrar-se na hipótese prevista no § 1º do art. 14 da Lei Complementar 101/2000 e no § 6º do art. 165 da Constituição Federal, devendo os resultados de tal estudo ser encaminhados a este Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias”;*

A SPE analisou, por meio da Nota Técnica nº 05, de 11 de maio de 2006, a inclusão dos aludidos benefícios no demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros, que deve ser encaminhado juntamente com as informações complementares à Lei Orçamentária Anual. A referida análise apresentou as ponderações técnicas consideradas pertinentes e foi encaminhada ao TCU por meio do Ofício nº 132, de 11 de maio de 2006.

*“9.3. determinar ao Ministério da Fazenda em conjunto com os Ministérios responsáveis pela operacionalização de cada benefício a adoção de providências com vistas a:*

*9.3.1. proceder à regulamentação dos procedimentos de acompanhamento dos recursos aplicados por intermédio de benefícios financeiros e creditícios,*

*com intuito de corroborar na fiscalização, avaliação e reexame desses regimes exonerativos;*

*9.3.2. elaborar, haja vista o disposto nos artigos 84, inciso XXIV, 74, incisos I e II, e 165, § 6º, da Constituição Federal, metodologia de avaliação quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios financeiros e creditícios, incluindo o cronograma e a periodicidade das avaliações, discriminadas por tipo de benefícios, encaminhando no prazo de cento e oitenta dias ao Tribunal plano e cronograma contemplando solução para o caso;*

*9.4. determinar ao Ministério da Fazenda a adoção de providências no intuito de:*

*9.4.1. disciplinar em norma infralegal o conteúdo do demonstrativo de "Benefícios Financeiros e Creditícios Regionalizados" de que trata o art. 165, § 6º, da Carta Magna, bem como o § 1º do art. 14 da Lei Complementar 101/2000, devendo tal normativo conter, em especial, para cada instrumento:*

*9.4.1.1. conceituação do benefício ou subsídio;*

*9.4.1.2. fundamento legal;*

*9.4.1.3. descrição metodológica do cálculo;*

*9.4.2. avaliar a viabilidade da elaboração de normativo similar em relação ao demonstrativo de benefícios tributários também referido no art. 165, § 6º, da Constituição Federal e no § 1º do art. 14 da Lei Complementar 101/2000"*

O Ministério da Fazenda, em ação conjunta da SPE, Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva e Secretaria do Tesouro Nacional, realizou diversas atividades (reuniões, notas) para atender as determinações previstas no Acórdão. Cabe citar, a propósito, a elaboração e publicação da Portaria nº 379, de 13 de novembro de 2006, que aprova e divulga a metodologia de cálculo para a elaboração do demonstrativo de "Benefícios Financeiros e Creditícios Regionalizados", de que trata o art. 165, § 6º da Constituição Federal.

No que se refere à elaboração de "metodologia de avaliação quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios financeiros e creditícios", esta Secretaria analisou alternativas para o adequado atendimento da determinação do TCU, apresentadas nas notas técnicas nº 7 e nº 8, de 13 de julho de 2006. Deve-se registrar que a Portaria nº 379/2006 atribui à SPE a competência para realizar a avaliação do impacto e da efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios

financeiros e creditícios. Considerando-se que, no momento, a Secretaria enfrenta restrições para atender plenamente esta recomendação (e.g., de pessoal, conforme apontado na seção 5) adotou-se a alternativa de convênio até que a Secretaria se estruture adequadamente para realizar esse trabalho. Em virtude da reconhecida competência do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA na avaliação de políticas públicas, a SPE está celebrando Convênio com o referido Instituto para desenvolver, em 2007, estudos de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios financeiros e creditícios.

## 8. Unidade de Coordenação do Programa PACE

### 8.1. Identificação da Unidade

A Unidade de Coordenação do Programa (UCP/SPE) do Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE foi constituída na Secretaria de Política Econômica - SPE pela Portaria nº 258 de 16/09/2004 e alterada pela Portaria nº 412 de 28/12/2004, como unidade responsável pela coordenação e execução do Programa PACE e das ações relacionadas ao Programa junto ao BIRD e aos ministérios e entidades participantes do Programa.

CNPJ: 00.394.460/0442-70

Unidade Gestora: 170403

Endereço: Edifício Sede do Ministério da Fazenda, 3º andar

Natureza Jurídica: Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo

Função de Governo: Administração

Tipo de Atividade: Operação de Crédito.

Responsáveis:

Secretário de Política Econômica: Júlio César de Almeida

Supervisor: Lísio Fábio de Brasil Camargo;

Ordenador de Despesas: Marcelo Estrela Fiche;

Ordenador de Despesas Substituto: Rosangela Fragoso de Mendonça Santiago;

Gestor Financeiro: Lúcia Campelo da Silva;

Gestor Financeiro Substituto: Sebastião Aquino Gouveia Filho;



Conformidade Documental Titular: Helda Renilda Meireles Borba

Conformidade Documental Substituta: Mary Vieira Gomes

## 8.2. Missão

A UCP tem como função a coordenação da execução do Programa PACE e o apoio à execução de projetos e estudos que busquem promover, no âmbito do Programa, reformas microeconômicas nas áreas de: (i) **logística**, onde a prioridade é reduzir o custo do despacho aduaneiro, dos serviços portuários e do transporte rodoviário, bem como estimular o desenvolvimento do transporte multi-modal; (ii) **clima de negócios**, cujo foco está no aperfeiçoamento do marco regulatório para os setores de infra-estrutura, no controle de abuso do poder econômico (defesa da concorrência), na simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas e na reforma do arcabouço legal que rege os processos falimentares; (iii) **sistema financeiro**, cujo objetivo é promover o aumento da competição do setor bancário, aprimorar os mecanismos de controle do risco sistêmico, favorecer a mobilização de recursos de longo prazo no setor de seguros e criar mecanismos eficientes de ampliação do acesso ao crédito e aos serviços financeiros para os pobres e para as pequenas e médias empresas; e (iv) **inovação**, cujo objetivo é aumentar a efetividade dos recursos públicos aplicados em P&D, estimular a inovação no setor privado e incentivar os processos de inovação atrelados ao mercado de crédito de carbono previstos pelo Protocolo de Kioto.

A UCP tem as seguintes atribuições específicas i) apoiar as entidades do **Ministério da Fazenda**: Secretaria de Política Econômica - SPE, Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE e Secretaria da Receita Federal – SRF e no **Ministério da Justiça**: Secretaria da Reforma do Judiciário – SRJ e Secretaria Direito Econômico - SDE, na elaboração e implementação de seus programas de trabalho, incluindo a elaboração de termos de referência, processo de aquisições de bens e contratação de serviços especializados; ii) elaborar anualmente a proposta orçamentária, por fonte de recurso dos componentes do Ministério da Fazenda.

De forma a incentivar a promoção de reformas em todas suas áreas, o PACE conta com a participação de 20 (vinte) entidades governamentais, sendo 4 (quatro) Ministérios – Fazenda; Justiça;

Ciência e Tecnologia; e Transportes – e 16 (dezesesseis) outros entes que compreendem secretarias ministeriais, autarquias e agências reguladoras.

Os responsáveis pelo projeto são: o Ministério da Fazenda e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); o Ministério da Justiça e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT); e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

### **8.3. Recursos**

#### **8.3.1. Orçamento Global do Programa**

Fonte Externa (BIRD): US\$12.120.000,00

Fonte Local (Contrapartida): US\$2.280.000,00

Total: US\$14.400.000,00

#### **8.3.2. Operação de Crédito com o BIRD**

O contrato de empréstimo BIRD 7253-BR, foi firmado em 04 de outubro de 2005.

#### **8.3.3. Recursos do Orçamento Geral da União**

##### Entidades:

##### **Ministério da Fazenda – MF**

Secretaria de Política Econômica - SPE

Unidade de Coordenação de Programa - UCP

Classificação Programática: 04.123.1266.2066.0001

Unidade Gestora - UG: 170403

**Ministério da Justiça – MJ**

Secretaria de Direito Econômico – SDE

Classificação Programática: 14.422.0695.2806.0001

Unidade Gestora - UG: 200400

Secretaria da Reforma do Judiciário – SRJ

Classificação Programática: 03.062.1083.7593.0001

Unidade Gestora - UG: 200094

**Posição dos Recursos Orçamentários em 31/12/2006**

**R\$**

ENTIDADE	Fonte	2004 <sup>(1)</sup>	2005	2006	TOTAL
<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>					
<b>SPE, SEAE e SRF</b>	<b>Total</b>	<b>645.000,00</b>	<b>3.456.912,00</b>	<b>3.044.020,00</b>	<b>7.145.932,00</b>
	0148	541.800,00	2.864.648,00	2.338.512,00	5.744.960,00
	1100	103.200,00	592.264,00	705.508,00	1.400.972,00
<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>					
<b>SDE</b>	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>176.000,00</b>	<b>264.881,00</b>	<b>440.881,00</b>
	0148	-	147.840,00	235.150,00	382.990,00
	1100	-	28.160,00	29.731,00	57.891,00
<b>SRJ</b>	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>187.200,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>287.200,00</b>
	0148	-	187.200,00	70.000,00	257.200,00
	1100	-	-	30.000,00	30.000,00

(1) Em 2004, os recursos orçamentários dos componentes do Ministério da Fazenda foram totalmente contemplados no orçamento da SPE. A partir de 2005 a SUSEP passou a ter orçamento próprio.

(2) O orçamento dos componentes do Ministério da Fazenda (SPE, SRF e SEAE) é centralizado na Secretaria de Política Econômica – SPE na Unidade Gestora 170403.

(3) O orçamento dos componentes do Ministério da Justiça (SRJ e SDE) é destacado para a Secretaria de Política Econômica – SPE, conforme portaria interministerial nº 296 de 26 de agosto de 2005, retificada em 09 de setembro de 2005.

(4) Os recursos do Ministério da Fazenda e do Ministério da Justiça de 2004, 2005 e 2006, foram transferidos para o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, por meio da Cooperação Técnica BRA-04/016

#### **8.4. Atividades Desenvolvidas**

##### **8.4.1. Unidade de Coordenação de Programa e Secretaria de Política Econômica – UCP/SPE**

###### **8.4.1.1. Website**

A Página do PACE foi colocada no ar em caráter definitivo após os ajustes e revisões promovidos nos textos inseridos no site e pode ser acessada no endereço: [www.fazenda.gov.br/spe/pace](http://www.fazenda.gov.br/spe/pace).

###### **8.4.1.2. Sistema de Gerenciamento Financeiro e Treinamento**

O sistema foi desenvolvido ao longo do ano, em consonância a cláusula contratual com o Banco Mundial. Será realizado, em 2007, o treinamento dos componentes do Programa para a plena utilização das ferramentas do sistema.

###### **8.4.1.3. Retrofinanciamento**

A UCP/SPE solicitou a todos os componentes do PACE manifestação sobre eventuais pedidos de retrofinanciamento de despesas realizadas no âmbito do PACE e sujeitas a ressarcimento. Os órgãos informaram que não utilizarão desta modalidade de desembolso. A respeito deste tema foi feita consulta à Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN. Em seguida, o resultado da consulta foi disponibilizada para todos os componentes.

###### **8.4.1.4. Prodoc**

Nova revisão substantiva foi levada a efeito para atendimento ao componente do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, a qual originou o documento de Revisão “F” do Prodoc devidamente aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC e pelo PNUD.

#### 8.4.1.5. Contratações Realizadas

##### MINISTÉRIO DA FAZENDA

###### 8.4.1.5.1. Secretaria de Política Econômica/MF

(i) Contratação da Universidade do Sul de Santa Catarina/UNISUL para realização do Estudo Microeconômico de Programas Sociais de Rendas para Famílias Pobres. R\$ 88.500,00.

(ii) Participação de servidores da SPE nos seguintes eventos internacionais:

Global Conference on Housing in Emerging Market/USA;

Seminário Sobre Improving & Expanding Housing Finance Systems;

Housing Policy Working Group Tour in México;

Curso Taxation on Financial Markets – OCDE.

###### 8.4.1.5.2. UCP/MF

(i) Aquisição de Equipamentos de informática: 31 computadores, 4 notebooks e 1 plotter.

(ii) Participação de funcionária da STN/MF em estágio em Londres/Inglaterra na Partnerships UK – PUK.

###### 8.4.1.5.3. Secretaria de Acompanhamento Econômico/MF

(i) Realização do I Prêmio SEAE de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica.

(ii) Contratação de consultor Individual para realização do estudo sobre a Regulação do Setor de Transporte Aéreo Nacional;

(iii) Contratação de consultor Individual para elaboração de Termo de Referência sobre ISO 9000;

- (iv) Contratação de estudo sobre a Regulação do Setor Brasileiro de Planos de Saúde;
- (v) Contratação de consultor Individual para realização do Estudo e Mapeamento de Mercados Relevantes de Medicamentos;
- (vi) Contratação de consultor Individual para realização do estudo sobre a Regulação do Setor Portuário Brasileiro.

#### **8.4.1.5.4. Secretaria da Receita Federal/MF**

- (i) Contratação da Pricewaterhouse para realização do plano de modernização da administração aduaneira no Brasil. R\$ 1.467.800,00

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### **8.4.1.5.5. Secretaria de Reforma do Judiciário/MJ**

- (i) Contratação do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais/ CEBEPEJ – SRJ/MJ, para realização da análise de Custos e Benefícios da Utilização do Poder Judiciário “Estudo Execuções Fiscais no Brasil”. R\$ 175.800,00
- (ii) Contratação do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais/ CEBEPEJ – SRJ/MJ, para realização da análise de Custos e Benefícios da Utilização do Poder Judiciário “Estudo Tutela Judicial dos Interesses Metaindividuais”. R\$ 177.000,00

#### **8.4.1.5.6. Secretaria de Direito Econômico/MJ**

- (i) Contratação da Fundação Getúlio Vargas – FGV, para realização de curso de Lei de Falências – SDE/MJ. R\$ 175.373,58.

### **8.5. Medidas a Implementar Para a Execução do Programa em 2007**

#### **8.5.1. Ministério da Fazenda**

##### **8.5.1.1. Secretaria de Política Econômica – SPE**

- (i) Elaboração do relatório de gestão da Unidade Gestora 170403 – UCP/SPE;

- (ii) Elaboração da proposta orçamentária 2008 da Unidade Gestora 170403 – UCP/SPE;
- (iii) Elaboração de Solicitações de Desembolso – SOEs;
- (iv) Elaboração de Relatórios de Progresso do Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE.
- (v) Prestar assistência técnica aos componentes Superintendência de Seguros Privados -SUSEP e Ministério da Justiça - MJ, por força de acordos firmados.
- (vi) Estudo sobre a Portabilidade do Crédito nos Financiamentos Imobiliários como Medida de Concorrência entre instituições Financeiras.

#### **8.5.1.2. Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE**

- (i) Realizar Estudo sobre o Poder de Mercado Significativo em Telecomunicações no Brasil;
- (ii) Realizar Estudo sobre a Experiência Internacional em Antidumping;
- (iii) Realizar Estudo sobre o Sistema Brasileiro de Registros de Defensivos Agrícolas.

#### **8.5.2. Ministério da Justiça**

##### **8.5.2.1. Secretaria de Direito Econômico – SDE**

- (i) Procedimentos processuais afetos à Secretaria de Direito Econômico;

##### **8.5.2.2. Secretaria de Reforma do Judiciário - MJ**

- (i) Realizar estudo Diagnóstico Humano do Judiciário Brasileiro;
- (ii) Realizar estudo para Avaliar os custos e benefícios da atividade da União como litigante judicial;

### **8.5.3. Operação da Conta Especial - Quando a retirada não forem desembolsos baseadas em relatórios.**

Foi realizada consulta à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, sob orientação do supervisor do Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável - PACE, a respeito da utilização, no âmbito do PACE, da operação da conta especial. A STN informou que não está utilizando esse tipo de procedimento.

### **8.6. Avaliação dos Resultados**

O atraso registrado no desenvolvimento do cronograma de atividades do PACE está diretamente vinculado às dificuldades orçamentárias do exercício de 2006, enfrentadas pelos participantes do Programa no período de execução. Tal fato redundou num baixo desempenho na execução da ordem de 9% até fins de 2006. É conveniente registrar que a execução do programa iniciou em outubro de 2004, valendo-se de poucos recursos humanos e materiais, enquanto a operação de crédito com o BIRD estava sob análise do Senado Federal. A efetiva autorização só ocorreu em outubro de 2005. Este fato influenciou diretamente nos orçamentos dos diversos componentes, razão pela qual alguns órgãos não conseguiram consignar as correlatas dotações para a execução de ações no âmbito do PACE na proposta orçamentária de 2005 e, igualmente nos respectivos orçamentos para 2006.

No decorrer de 2006, após inúmeras reuniões entre a Supervisão do Programa e os demais componentes, houve um grande incentivo para alocação de dotações para o Programa em 2007, tanto para a fonte 148 (externa), quanto para a fonte 1100 (interna).

Para o exercício de 2007, espera-se que a inclusão de dotações nos orçamentos dos diversos componentes do Programa viabilize uma execução efetivamente superior à observada no período anterior, com expectativa de alcance de percentual não inferior a 60% de execução, conforme mencionado nos relatórios de progresso e nas missões de avaliação do Banco.



## Conclusão

A política econômica, implementada a partir de 2003, foi orientada, em um primeiro momento, para reverter a deterioração dos fundamentos macroeconômicos e estabelecer as bases para retomar o crescimento sustentado do País.

As medidas adotadas permitiram, em poucos meses, controlar a inflação e colocá-la em uma trajetória de queda; reduzir o endividamento público em proporção do PIB, sinalizando a solvência intertemporal das contas públicas; e recompor o valor do real. O resultado da política econômica se traduziu em uma queda acentuada do risco-País e na rápida reversão das expectativas dos agentes econômicos, do mercado doméstico e do exterior, em relação ao futuro da economia brasileira.

A atividade da SPE, tanto na formulação quanto na coordenação de políticas, contribuiu para que, além do sucesso em recuperar a estabilidade macroeconômica, fossem implementadas reformas institucionais que permitissem melhorar o ambiente de negócios, aumentar a segurança jurídica e promover o investimento produtivo. Dentre essas medidas, cabe ressaltar as que beneficiaram o setor da Construção Civil, particularmente de Habitação, e as Micro e Pequenas Empresas (SIMPLES), ao reduzir a burocracia para os contribuintes e a carga tributária setorial.

A sensível melhora dos fundamentos macroeconômicos e os aperfeiçoamentos institucionais que estão sendo promovidos pelo governo criam um ambiente favorável à expansão do investimento, da renda e do emprego, como atestam os dados observados nos últimos anos. No entanto, ainda existem desafios que devem ser equacionados, para que a economia possa crescer de forma sustentada, com justiça social.

O regime de câmbio flutuante, as metas de inflação e as metas de superávit primário são fundamentos importantes para assegurar o equilíbrio macroeconômico, no entanto, são insuficientes para garantir a expansão da renda *per capita* e a ampliação do consumo de massa, no ritmo exigido pela sociedade. Somente uma política econômica ativa, que priorize o investimento produtivo, canalizando recursos e esforços para a área de infraestrutura, permitirá elevar o padrão de crescimento da economia brasileira de forma permanente. Nesse sentido, a SPE vem aprofundando estudos e se reestruturando para atender, com maior produtividade e qualidade, a crescente demanda por estudos e avaliações da economia brasileira, sobretudo no que se refere à ampliação da competitividade e dos investimentos



produtivos, de forma a colaborar para que a formulação e implementação de políticas do governo atinjam um grau cada vez mais elevado de eficiência e de eficácia.

---

**JULIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA**  
Secretário da SPE

---

**MARCELO ESTRELA FICHE**  
Ordenador de Despesas

### ANEXO I: Vinculação entre Ações da SPE e Programas do PPA

Órgão	Programa	Objetivo	SPE
20123 - Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome	1049 - Acesso à Alimentação	Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.	Participa do Conselho do Programa Fome Zero.
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1169 - Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural	Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços população brasileira.	Participa da formulação da Política Agrícola através da elaboração de Projetos de Lei e outras regulamentações, em especial no âmbito do Conselho Monetário Nacional.
	0360 - Gestão da Política Agropecuária	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária.	
55000 - Ministério da Assistência Social	1096 - Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal	Contribuir para ampliação da efetividade das políticas sociais do Governo Federal, identificando os recortes de etnia e gênero.	A SPE elaborou e divulgou estudo pormenorizado sobre os gastos sociais do governo federal no período 2000-2001. Em 2004 foi divulgada a avaliação dos gastos sociais no 2003-2004.
24000 - Ministério da Ciência e Tecnologia	0463 - Inovação e Competitividade	Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais e das condições de inserção da economia brasileira no mercado internacional.	A SPE participou do processo de regulamentação da Lei de Inovação. Participa também das reuniões do Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e participação nas reuniões de coordenação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE.
26000 - Ministério da Educação	1067 - Gestão da Política de Educação	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação	A SPE tem contribuído para a formulação da proposta legislativa que instituirá o FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

### ANEXO I: Vinculação entre Ações da SPE e Programas do PPA

Órgão	Programa	Objetivo	SPE
	1073 - Universidade do Século XXI	Reformar a Educação Superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar, necessariamente, nos próximos anos.	A SPE analisou e apresentou sugestões à proposta do Projeto de Lei que institui diretrizes para a reforma universitária.
25000 - Ministério da Fazenda	0781 - Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	Ampliar as facilidades de acesso ao crédito e aos produtos e serviços bancários	Elaboração de diagnóstico e de plano de ação para promover a redução do custo do crédito e do <i>spread</i> bancário, por meio de estudos sobre a competição no sistema financeiro.  Estudos sobre o acesso financeiro pelas camadas de baixa renda, incluindo a avaliação das recentes medidas adotadas no que se refere ao microcrédito.
	0771 - Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito.	Garantir o cumprimento da meta para a inflação definida pelo Governo Federal.	A SPE acompanha os indicadores econômicos disponíveis tempestivamente e elabora análise diária para informação do Ministro da Fazenda.
	1209 - Banco para Todos	Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros.	Participar da formulação das políticas do setor bancário e outras regulamentações em especial no âmbito do Conselho Monetário Nacional.
	0778 - Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.	Estudos e proposição de medidas com vistas à criação de novos instrumentos e aperfeiçoamento dos existentes.
	0779 - Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização.	Fomentar a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização	

### ANEXO I: Vinculação entre Ações da SPE e Programas do PPA

Órgão	Programa	Objetivo	SPE
	0780 - Gestão da Política de Regulação de Mercados  Estabelecer novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo	Estabelecer novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo	
53000 - Ministério da Integração Nacional	1028 - Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno.	Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e seu entorno.	A SPE participa do Conselho Administrativo da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno.
	0757 - Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.	A SPE analisou a proposta de recriação da SUDENE e está acompanhando e analisando as proposições legislativas para criação de novos estados.
33000 - Ministério da Previdência Social	1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.	Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.	A SPE participa, com análises técnicas, das propostas de alteração do regime de previdências dos servidores públicos.
56000 - Ministério das Cidades	1321 - Financiamento Imobiliário Habitacional	Ampliar o mercado imobiliário, permitindo novas formas de acesso ao financiamento habitacional.	Elaboração e proposição de medidas com vistas à criação de novos instrumentos e aperfeiçoamento dos existentes.
	0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.	Elaboração de análises técnica e de propostas relacionadas a essas políticas e a criação de novos instrumentos e aperfeiçoamento dos existentes.
	9991 - Habitação de Interesse Social	Ampliar o acesso a terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.	Elaboração de análises técnica e de propostas relacionadas a essas políticas e a criação de novos instrumentos e aperfeiçoamento dos existentes.
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.	Participar da formulação da Política Agrícola através da elaboração de Projetos de Lei e de outras regulamentações em especial no âmbito

**ANEXO I: Vinculação entre Ações da SPE e Programas do PPA**

Órgão	Programa	Objetivo	SPE
			do Conselho Monetário Nacional.
47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	0795 - Gestão dos Orçamentos da União	Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União	A SPE é responsável pelas projeções de parâmetros econômicos utilizados no orçamento da União. Também é realizado o acompanhamento da execução orçamentária para balizar as projeções do resultado primário do Governo Central.

**ANEXO II: Demonstrativo com Despesas de Diárias Iniciadas nos Finais de Semana**

Item	Trecho	Período utilizado	Eventos	Servidor
1	BSB/RIO/BSB	27/01/06 A 27/01/06	PARTICIPAR DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE MERCADO DE CAPITAIS, NO RIO JANEIRO.	<b>BERNARD APPY</b>
2	BSB/RIO/BSB	27/01/06 A 27/01/06	ACOMPANHAR O SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA, BERNARD APPY, NA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE MERCADO DE CAPITAIS, NO RIO DE JANEIRO.	<b>OTÁVIO RIBEIRO DAMASO</b>
3	BSB/RIO/BSB	27/01/06 A 27/01/06	ACOMPANHAR O SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA, BERNARD APPY, NA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE MERCADO DE CAPITAIS, NO RIO DE JANEIRO.	<b>ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR</b>
4	SP/BSB	27/01/06 A 27/01/06	DIÁRIAS REFERENTES AO RETORNO DE SÃO PAULO, NO DIA 27/01/06, DEVIDO A AUSÊNCIA DE VÔOS PARA BRASÍLIA APÓS O DESEMBARQUE INTERNACIONAL EM 26/01/06.	<b>ANGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE</b>
5	BSB/SP/BSB	27/01/2006 A 27/01/06	DIÁRIAS REFERENTES A IDA EM 21/01/06: AUSÊNCIA DE VÔO PARA SÃO PAULO QUE POSSIBILITE O EMBARQUE PARA O CHILE NO HORÁRIO MARCADO. RETORNO EM 27/01/06: AUSÊNCIA DE VÔO PARA BSB APÓS O DESEMBARQUE EM SÃO PAULO NO DIA 26/01/06.	<b>ANA PAULA V. JANES VESCOVI</b>
6	BSB/RJ/BSB	24/02/06 A 24/02/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO MERCADO DE CAPITAIS, NO RIO DE JANEIRO.	<b>ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR</b>
7	BSB/RJ/BSB	24/02/06 A 24/02/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM O GRUPO DE TRABALHO MERCADO DE CAPITAIS, NO MINISTÉRIO DA FAZENDA, NO RIO DE JANEIRO.	<b>BERNARD APPY</b>
8	BSB/RJ/BSB	24/02/06 A 24/02/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM O GRUPO DE TRABALHO MERCADO DE CAPITAIS, NO MINISTÉRIO DA FAZENDA, NO RIO DE JANEIRO.	<b>OTÁVIO RIBEIRO DAMASO</b>
9	BSB/RJ/BSB	10/03/06 A 10/03/06	PARTICIPAR DA 104ª REUNIÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL, COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR A REFLEXÃO E O DEBATE ENTRE PROFISSIONAIS DA ÁREA ACADÊMICA, MEMBROS DO GOVERNO E DO SETOR PRIVADO, NO RIO DE JANEIRO.	<b>MARCELO LEANDRO FERREIRA</b>
10	BSB/SP/BSB	10/03/06 A 10/03/06	PARTICIPAR COMO PALESTRANTE DO SEMINÁRIO ABERTURA COMERCIAL: CUSTOS E BENEFÍCIOS DA ABERTURA SOBRE O SETOR INDUSTRIAL NO BRASIL, EM SÃO PAULO.	<b>BERNARD APPY</b>
11	RIO/SP/RIO	24/03/06 A 24/03/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO SOBRE POLÍTICA FISCAL A SER REALIZADA NO DIA 24/03/06, ÀS 9:00H NO INSTITUTO FUTURO BRASIL, EM SÃO PAULO.	<b>FÁBIO GIAMBIAGI</b>

**ANEXO II: Demonstrativo com Despesas de Diárias Iniciadas nos Finais de Semana**

Item	Trecho	Período utilizado	Eventos	Servidor
12	BSB/SP/BSB	24/03/06 A 25/03/06	PARTICIPAR DE REUNIÕES, ÀS 09:00H, NO INSTITUTO FUTURO BRASIL; ÀS 15:00H, COM DR. ALBERTO LIMA NO BANCO CENTRAL; E, ÀS 19:00H, COM ECONOMISTAS, EM SÃO PAULO.	<b>BERNARD APPY</b>
13	BSB/SP/BSB	07/04/06 A 07/04/06	ACOMPANHAR O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, DR. BERNARD APPY, NA PALESTRA SOBRE OS RUMOS DA POLÍTICA ECONÔMICA DO ATUAL GOVERNO, NA SEDE DA ABIMAQ, EM SÃO PAULO.	<b>ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI</b>
14	BSB/RIO/BSB	05/05/06 A 05/05/06	PARTICIPAR DO CURSO SOBRE "MERCADO DE DERIVATIVOS", NA BM&F, NO RIO DE JANEIRO.	<b>CESAR DE OLIVEIRA FRADE</b>
15	BSB/RJ/BSB	26/05/06 A 26/05/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE MERCADO DE CAPITAIS (GTMK)	<b>ESTEVES PEDRO COLNAGO</b>
16	BSB/RJ/SP	26/05/06 A 26/05/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE MERCADO DE CAPITAIS NA SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA, NO RIO DE JANEIRO.	<b>JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
17	BSB/RIO/BSB	09/06/06 A 09/06/06	PARTICIPAR DO CURSO DE REGULADORES NA BMF, NO RIO DE JANEIRO.	<b>CÉSAR DE OLIVEIRA FRADE</b>
18	BSB/RJ/BSB	09/06/06 A 09/06/06	PARTICIPAR DA 10ª REUNIÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL NO IPEA/RJ.	<b>SÉRGIO ROSA FERRÃO</b>
19	BSB/SP/BSB	15/06/06 A 16/06/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EM SÃO PAULO.	<b>JULIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
20	BSB/SP/BSB	30/06/06 A 30/06/06	ALTERAÇÃO NO HORÁRIO DA PALESTRA DO DIA 29/06/06 E INCLUSÃO DE COMPROMISSOS NA AGENDA EM SÃO PAULO, NO DIA 30/06/06.	<b>JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
21	BSB/SP/BSB	07/07/06 A 07/07/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIA, SR. MOACYR DUARTE, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EM SÃO PAULO.	<b>JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
22	BSB/SP/BSB	14/07/06 A 14/07/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM A DRA. DENISE RODRIGUES, SOBRE PROJETO DE INVESTIMENTOS PARA 2006/2007, NO BNDES/SP.	<b>JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
23	BSB/SP/BSB	21/07/06 A 21/07/06	PARTICIPAR DO CURSO DE REGULADORES NA BM&F, EM SÃO PAULO.	<b>CÉSAR DE OLIVEIRA FRADE</b>
24	BSB/RIO/BSB	28/07/06 A 28/07/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO MERCADO DE CAPITAIS, NO RIO DE JANEIRO.	<b>FABIO RIBEIRO SERVO</b>
25	BSB/RIO/BSB	28/07/06 A 28/07/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO MERCADO DE CAPITAIS, NO RIO DE JANEIRO.	<b>OTÁVIO RIBEIRO DAMASO</b>



**ANEXO II: Demonstrativo com Despesas de Diárias Iniciadas nos Finais de Semana**

Item	Trecho	Período utilizado	Eventos	Servidor
26	BSB/SP/BSB	04/08/06 A 04/08/06	PARTICIPAR DO "ENCONTRO COM ECONOMISTAS", EM SÃO PAULO.	<b>ANGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE</b>
27	BSB/SP/BSB	04/08/06 A 04/08/06	ACOMPANHAR O MINISTRO DA FAZENDA, GUIDO MANTEGA, EM REUNIÃO COM A ABIFINA, NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EM SÃO PAULO.	<b>JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
28	BSB/RIO/BSB	11/08/06 A 11/08/06	PARTICIPAR DO VIII SEMINÁRIO ANUAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, NO AUDITÓRIO DO BANCO CENTRAL, NO RIO DE JANEIRO.	<b>NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO</b>
29	BSB/SP/BSB	11/08/06 A 11/08/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM SR. ROGÉRIO STUDART (BANCO MUNDIAL/WASHINGTON) ÀS 15:30H NO GABINETE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EM SÃO PAULO.	<b>JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
30	BSB/SP/BSB	18/08/06 A 18/08/06	ACOMPANHAR O SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA, DR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA, EM REUNIÃO SOBRE "A LEI KANDIR E CRÉDITO PRESUMIDO SETOR DE GRÃOS", EM SÃO PAULO.	<b>MARCELO ESTRELA FICHE</b>
31	BSB/SP/BSB	25/08/06 A 25/08/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO SOBRE VOTO AGRÍCOLA EM SÃO PAULO.	<b>CÉSAR DE OLIVEIRA FRADE</b>
32	BSB/SP/BSB	01/09/06 A 01/09/06	ACOMPANHAR O DR. BERNARD APPY, SECRETÁRIO EXECUTIVO, EM ENCONTRO COM ECONOMISTAS EM SÃO PAULO.	<b>ANGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE</b>
33	BSB/SP/BSB	08/09/06 A 08/09/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO NO GABINETE DA CAIXA ECONÔMICA, EM SÃO PAULO	<b>JULIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
34	BSB/SP/BSB	22/09/06 A 22/09/06	ACOMPANHAR O DR. BERNARD APPY, SECRETÁRIO EXECUTIVO, EM ENCONTRO COM ECONOMISTAS EM SÃO PAULO.	<b>ANGELO JOSÉ MON'ALVERNE DUARTE</b>
35	BSB/SP/BSB	22/09/06 A 22/09/06	PELA MANHÃ, PARTICIPAR DE REUNIÃO COM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA QUÍMICA FINA-ABIFINA. À TARDE, COM ABECIP; ABIMAQ E ABIT NO GABINETE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM SÃO PAULO/SP.	<b>JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
36	BSB/SP/BSB	29/09/06 A 29/09/06	ACOMPANHAR O DR. BERNARD APPY, SECRETÁRIO EXECUTIVO, EM ENCONTRO COM ECONOMISTAS EM SÃO PAULO.	<b>ANGELO JOSÉ MON'ALVERNE DUARTE</b>
37	BSB/SP/BSB	29/09/06 A 29/09/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO NO GABINETE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EM SÃO PAULO.	<b>JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>

**ANEXO II: Demonstrativo com Despesas de Diárias Iniciadas nos Finais de Semana**

Item	Trecho	Período utilizado	Eventos	Servidor
38	BSB/SP/BSB	06/10/06 A 06/10/06	ACOMPANHAR O SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA, JULIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA, EM REUNIÕES COM A ASSOCIAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE VIDRO - ABIVIDRO E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL, NO GABINETE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EM SÃO PAULO.	<b>MARCELO ESTRELA FICHE</b>
39	BSB/SP/BSB	11/10/06 A 16/10/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM DR. JOSÉ CECHIN (IESS - INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR; REUNIÕES COM DR. IVO ROSSET, DR. JOÃO AYRES RABELLO FILHO E DR. FLÁVIO ROCHA NO GABINETE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.	<b>JÚLIO SERGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
40	BSB/SP/BSB	20/10/06 A 23/10/06	PARTICIPAR DE REUNIÕES: NO DIA 20/10/06, ÀS 08H30, COM DR. JORGE RACHID, SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, SOBRE MP DO CÂMBIO NO MINISTÉRIO DA FAZENDA/BSB; ÀS 16H00, EM SÃO PAULO, COM ABIVIDRO; E, ÀS 17H00, COM DR. FLÁVIO GURGEL ROCHA - VICE-PRESIDENTE DO IDV, NO GABINETE DA CEF/SP. DIA 23/10/06, ÀS 14H00 - COM DR. PAULO FRANCINE - COLDEX, E, ÀS 15H00 - ACOMPANHAR O SR. MINISTRO DA FAZENDA, GUIDO MANTEGA, EM REUNIÃO COM O SETOR CALÇADISTA NA SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM SÃO PAULO.	<b>JÚLIO SERGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
41	BSB/SP/BSB	27/10/06 A 27/10/06	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS, NA FGV/SP.	<b>RAQUEL DA RESSURREIÇÃO COSTA AMORIM</b>
42	BSB/RIO/BSB	27/10/06 A 27/10/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE MERCADOS E CAPITALIS (GTMK), NO RIO DE JANEIRO.	<b>ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR</b>
43	BSB/SP/BSB	10/11/06 A 10/11/06	REPRESENTAR O SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA, JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA, COMO PALESTRANTE NO SEMINÁRIO SOBRE O IMPACTO DA NOVA REGULAMENTAÇÃO DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO, EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO E OPORTUNIDADES.	<b>OTÁVIO RIBEIRO DAMASO</b>
44	BSB/RIO/BSB	24/11/06 A 24/11/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE MERCADO DE CAPITALIS - GTMK, NO GABINETE DO MINISTRO DA FAZENDA, NO RIO DE JANEIRO.	<b>OTÁVIO RIBEIRO DAMASO</b>
45	BSB/RIO/BSB	01/12/06 A 01/12/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM O DIRETOR DA ÁREA SOCIAL DO BNDES - DR. ELVIO GASPAR, SOBRE INVESTIMENTO EM SANEAMENTO, NO RIO DE JANEIRO.	<b>NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO</b>

**ANEXO II: Demonstrativo com Despesas de Diárias Iniciadas nos Finais de Semana**

Item	Trecho	Período utilizado	Eventos	Servidor
46	BSB/SP/BSB	01/12/06 A 01/12/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA ODEBRECHT, EM SÃO PAULO.	<b>JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA</b>
47	BSB/SP/BSB	15/12/06 A 15/12/06	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE MERCADO DE CAPITAIS EM SÃO PAULO.	<b>ANGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE</b>

**ANEXO III: Demonstrativo de Valores Gastos com Cartão de Crédito Corporativo 2004-2006**

**Servidor Beneficiário: Vera Lúcia Pinheiro Jorge**

**SIAPE: Nº 0131407**

**CPF Nº 310.273.691-20**

<b>Suprimento de Fundos - Saque Cartão</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Objeto da Compra</b>	<b>Valor</b>
<b>20/4/2004</b>	33.90.30.16	Material de expediente - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	319,00
	33.90.30.17	Material de processamento de dados - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	90,00
	33.90.39.17	Manutenção de guilhotina manual mod. LK.	180,00
	33.90.39.20	Serviço de lavagem de cadeiras com assento e encosto; lavagem de poltronas em tecido.	192,00
	33.90.30.22	Material de consumo necessário à recuperação de mobiliário (mesas de escritório)	70,00
	33.90.30.26	Tomada sobrepor RJ-45 Cat.SE completa MS.	21,00
	-	Devolução de saldo não aplicado à Conta Única	128,00
<b>Subtotal</b>			<b>1.000,00</b>

<b>2/7/2004</b>	33.90.30.04	Gás envasado 13kg - para uso na copa/SPE - 3 unidades	99,00
	33.90.30.07	Gêneros de alimentação - café expresso - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	54,00
	33.90.30.16	Material de expediente - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	354,15
	33.90.30.17	Material de processamento de dados - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	239,40
	33.90.39.17	Conserto de máquina de calcular marca Olivetti.	60,00
	33.90.30.21	Material de copa e cozinha - Garrafa p/água(02un); garrafa p/café (04un); fervedor em aço inox - 01(un).	114,15
	33.90.30.26	Material elétrico e eletrônico - tomadas; canaleta; emenda r5-45; fios para rede; conector rj-45; cabo UTP.	139,30
	33.90.39.78	Serviço de lavagem de toalhas de mesa e cortina.	35,00
	Serviço de limpeza e aplicação de vinil em placas de identificação em aço escovado.	105,00	
<b>Subtotal</b>			<b>1.200,00</b>

**ANEXO III: Demonstrativo de Valores Gastos com Cartão de Crédito Corporativo 2004-2006**

<b>20/8/2004</b>	33.90.30.16	Material de expediente - não disponível no Almojarifado do Ministério da Fazenda.	190,00
	33.90.39.16	Serviço de lavagem de persianas verticais.	180,00
	33.90.39.17	Conserto de aparelho de Fax	120,00
	33.90.30.17	Material de processamento de dados - não disponível no Almojarifado do Ministério da Fazenda.	42,57
	33.90.30.21	Material de copa e cozinha - Jarra lisa em inox para a copa SPE/MF - 3 unidades.	153,63
	33.90.30.26	Material elétrico e eletrônico - extensão 3mt 2p duplo fame.	13,80
		<b>Subtotal</b>	<b>700,00</b>
<b>7/10/2004</b>	33.90.30.16	Material de expediente - não disponível no Almojarifado do Ministério da Fazenda.	741,58
	33.90.30.21	Material de copa e cozinha - fervedor em aço inox - utensílios para uso na copa SPE/MF.	55,15
	33.90.30.24	Material de consumo necessário à recuperação de mobiliário (mesas de escritório)	77,00
	33.90.30.26	Material elétrico e eletrônico - sist.x2p 6750 10 pial; sist.x2p 6750 11 pial; canaleta sist.xpial 20x10; extensões.	126,27
		<b>Subtotal</b>	<b>1.000,00</b>
<b>19/10/2004</b>	33.90.39.16	Serviço e manutenção em persianas verticais.	138,00
	33.90.39.17	Conserto de equipamento eletro-eletrônico - televisor.	198,50
		Conserto de equipamento eletro-eletrônico - forno microondas.	198,00
		Conserto de equipamento eletro-eletrônico - troca de microfone e limpeza de placa de aparelho celular Nokia 8260.	35,00
	33.90.39.46	Serviço de lavagem e passagem de toalhas de mesa.	40,00
-	Devolução de saldo não aplicado à Conta Única	190,50	
		<b>Subtotal</b>	<b>800,00</b>
		<b>TOTAL - 2004</b>	<b>4.700,00</b>
<b>7/4/2005</b>	33.90.30.07	Gêneros de alimentação - café expresso - não disponível no Almojarifado do Ministério da Fazenda.	58,40
	33.90.30.16	Material de expediente - não disponível no Almojarifado do Ministério da Fazenda.	58,60
	33.90.30.17	Material de processamento de dados - não disponível no Almojarifado do Ministério da Fazenda.	168,00
	33.90.30.26	Material de expediente - não disponível no Almojarifado do Ministério da Fazenda.	15,00
	33.90.39.17	Serviço e manutenção de plastificadora de documentos elétrica.	160,00
		<b>Subtotal</b>	<b>460,00</b>

**ANEXO III: Demonstrativo de Valores Gastos com Cartão de Crédito Corporativo 2004-2006**

**Servidor Beneficiário: Helda Renilda Meireles Borba**

**SIAPE: Nº 6455962**

**CPF Nº 236.191.041-15**

<b>16/5/2005</b>	33.90.30.16	Material de expediente - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	158,00
		Material de expediente - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	31,92
	33.90.30.17	Material de processamento de dados - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	95,00
	33.90.30.21	Visores para cafeteira semi-industrial - uso na copa/SPE.	20,00
	33.90.30.26	Material elétrico - cabo UTP 4Px24AWG Cat. SE azul (M)	75,00
		Material elétrico - fusível pequeno primeira linha 3 Amp 20 AG e tom p/ telefone (748)	17,00
		Material elétrico - fusível de vidro 20 AG 1.6 Amp	2,50
	-	Devolução de saldo não aplicado à Conta Única	0,58
	<b>Subtotal</b>	<b>400,00</b>	
<b>1/6/2005</b>	33.90.39.20	Serviço de lavagem de cadeiras com assento e encosto; lavagem de poltronas em tecido.	193,80
	33.90.39.63	Serviços gráficos - confecção de papel de portaria	96,00
	-	Devolução de saldo não aplicado à Conta Única	10,20
		<b>Subtotal</b>	<b>300,00</b>
<b>28/7/2005</b>	33.90.39.17	Serviço e manutenção de forno microondas da copa e televisor do Gabinete.	195,00
		Serviço e manutenção de fragmentadora de papel	160,00
	33.90.39.20	Serviço de lavagem de tapetes do Gabinete e do hall de elevadores.	190,00
		Serviço de confecção de placas de identificação em aço escovado.	120,00
	-	Devolução de saldo não aplicado à Conta Única	15,00
		<b>Subtotal</b>	<b>680,00</b>
	<b>TOTAL - 2005</b>	<b>1.840,00</b>	

**ANEXO III: Demonstrativo de Valores Gastos com Cartão de Crédito Corporativo 2004-2006**

<b>5/6/2006</b>	33.90.30.07	Gêneros de alimentação - café expresso - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	90,00	
	33.90.30.16	Material de expediente - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	255,70	
	33.90.30.17	Material de processamento de dados - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	107,00	
	33.90.30.26	Material elétrico - bateria Rayovac Eletronic Alkaline 12V V2		9,80
		Material elétrico - pilha Maxell alcalina palito AAA 2x1 um		22,80
		Material elétrico - pilha Rayovac alcalina 1,5V palito AAA2		11,80
		Material elétrico - pilha Rayovac as Amarelinhas 1,5V pequenas		3,55
-	Desconto (-)	-0,65		
<b>Subtotal</b>			<b>500,00</b>	
<b>21/8/2006</b>	33.90.30.16	Material de expediente - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	159,70	
	33.90.30.17	Material de processamento de dados - não disponível no Almoxarifado do Ministério da Fazenda.	225,60	
	33.90.30.39	Material de consumo necessário à manutenção de bens móveis.	90,00	
	-	Devolução de saldo não aplicado à Conta Única	24,70	
	<b>Subtotal</b>			<b>500,00</b>
<b>21/8/2006</b>	33.90.39.20	Serviço de lavagem de cadeiras com assento e encosto; lavagem de toalha de mesa; serviço de conserto de forno microondas; serviço de conserto caldeira máquina de café expresso.	493,00	
	-	Devolução de saldo não aplicado à Conta Única	7,00	
	<b>Subtotal</b>			<b>500,00</b>
<b>TOTAL 2006</b>			<b>1.500,00</b>	